

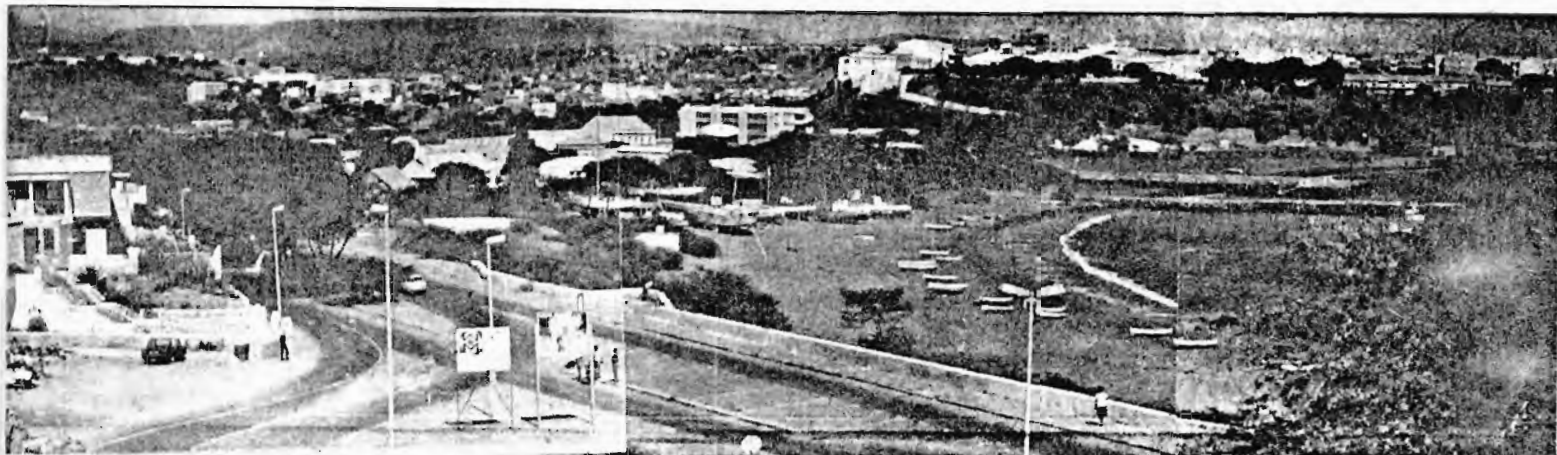
# "Cinco" continuamente firmes por uma cooperação melhor

TEXTO DE BERNARDO MAVANGA (NOTÍCIAS) ESPECIAL PARA A «TEMPO»  
FOTOS DE DOMINGOS ELIAS

A cidade da Praia, capital de Cabo Verde, acolheu entre os dias 18 e 21 de Dezembro a nona Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa que reuniu os Presidentes Joaquim Chissano, José Eduardo dos Santos, de Angola, Aristides Pereira, de Cabo Verde, João Bernardo Vieira, da Guiné-Bissau e Manuel Pinto da Costa, de S. Tomé e Príncipe, para passar

em revista a cooperação entre os «Cinco» e analisar os mais recentes desenvolvimentos na cena política internacional com destaque para a situação na África Austral. Esta foi a segunda vez que a pequena ilha de São Tiago foi hospedeira de um encontro dos «Cinco» ao mais alto nível, tendo o primeiro sido em Setembro de 1982, aquando da realização da terceira cimeira da organização.





Vista parcial da cidade da Praia, palco da nona Cimeira dos «Cinco»

Para alguns observadores não passava de mais uma Reunião Ordinária dos cinco presidentes apenas para justificar a contínua existência do grupo que alegadamente se tem mostrado incapaz de avançar com acções concretas de cooperação técnica desde que foi instituído na década passada. Opiniões exteriores ao grupo dos «Cinco» tem sustentado que, sozinhos os «Cinco», muito pouco ou nada podem fazer, advogando como alternativa a criação de uma

organização mais abrangente que inclua Portugal e o Brasil.

Porém, importantes questões quer no âmbito da cooperação técnica como do relacionamento político têm sido abordadas pelos cinco presidentes, baseando a sua análise no princípio de que o avanço da cooperação técnica entre os seus países passa necessariamente pelo crescimento económico de cada um dos países. No caso de Moçambique e de Angola esse desenvolvimento económico requer, em primeiro lugar, o restabelecimento da paz que dê lugar ao aproveitamento integral e adequado dos recursos de que dispõem e o envolvimento de todos os cidadãos destes países nas tarefas da reconstrução nacional. Cientes desta realidade, os Presidentes dos «Cinco» expressam, uma vez mais na declaração da Praia, o desejo de manter e desenvolver a cooperação entre si.

Ao analisarem nesta sua nona cimeira o relatório de actividades da Comissão Ministerial, os Chefes de Estado consideraram necessário o reforço dos organismos de coordenação interna, a fim de assegurarem nos prazos estabelecidos a execução das acções acordadas.

A adopção de programas de cooperação realistas e que estejam ao nível das relações económicas, políticas e culturais já estabelecidas entre os «Cinco» e a divulgação ampla a nível interno de cada um dos países, dos objectivos preconizados com esta cooperação, de modo a interessar os diversos sectores da vida nacional, públicos e privados, no incremento das relações da cooperação en-

tre os «Cinco», foi uma das conclusões do encontro.

Constatou-se nesta cimeira que muito esforço tem sido feito pelos «Cinco» com vista a sistematizar a concertação e a coordenação da sua actuação no plano internacional, particularmente no Continente Africano e na procura de soluções negociadas e duradouras para a crítica situação vivida na África Austral.

Foi neste contexto que foram saudados os esforços dos governos moçambicano e angolano nos processos de busca de paz em curso nos dois países. Os «Cinco» reiteraram o seu total apoio aos princípios em que os referidos esforços assentam, que são no caso concreto do nosso país, o reconhecimento e o respeito da Constituição da República Popular de Moçambique, das Instituições que dela emanam e da ordem jurídica existente.

Ainda sobre Moçambique a cimeira considerou os princípios expostos como sendo inalienáveis e consubstanciando a independência e a soberania nacionais, a que nenhum povo pode renunciar.

No que se refere à situação angolana ressaltou para além da reafirmação da adesão inequívoca dos «Cinco» às decisões da Cimeira de Gbadolite, a condenação à ingerência externa nos assuntos internos da República Popular de Angola. Neste contexto, um apelo foi dirigido aos Estados Unidos da América e à África do Sul para que passem a adoptar uma atitude política positiva e que favoreça a implementação dos entendimentos de Gbadolite, facilitando assim o desenvolvimento pacífico



Aspecto da sessão de abertura da Cimeira dos «Cinco» na cidade da Praia





Os Presidentes José Eduardo dos Santos, Manuel Pinto da Costa, Joaquim Alberto Chissano, Aristides Maria Pereira e João Bernardo Vieira, fotografados à sua saída do Palácio da Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde

e ininterrupto da mediação africana em curso.

Conforme o porta-voz da cimeira, o Ministro cabo-verdiano dos Negócios Estrangeiros, Silvino da Luz, especial atenção foi dedicada à análise das situações internas de cada país e ao curso dos acontecimentos na região da África Austral, tendo os Chefes de Estado trocado ideias e informações e formulado posições a favor da região.

Assim, e considerando grave a situação criada em Moçambique pela destruição de infra-estruturas económicas e sociais, pelo drama vivido pelas populações deslocadas e pela guerra, os Chefes de Estado dos Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa dirigiram um apelo à Comunidade Internacional para que conceda um apoio substancial e multifor-

me ao nosso país e também a Angola, no sentido de ultrapassarem as sérias dificuldades com que se debatem.

Outro ponto que embora apareça pela primeira vez se destaca no comunicado final da Cimeira da Praia é o que se refere ao monopartidarismo e ao multipartidarismo. Ao trocarem pontos de vista sobre esta questão os cinco Presidentes concluíram que «a decisão de uma tal questão releva da soberania dos povos e depende das necessidades e tarefas históricas que cada povo tem a cumprir em cada fase». O comunicado final da reunião dos «Cinco» sublinha ainda a este propósito que «tanto no sistema monopartidário quanto no sistema multipartidário» a democracia efectiva é um ideal a atingir e um desafio para

nente a realizar nas condições específicas de cada país.

Satisfeitos com as recentes mudanças operadas no interior da África do Sul os cinco Presidentes expressaram a sua convicção de que a abolição das leis raciais e segregacionistas naquele país e a libertação de todos os presos políticos incluindo Nelson Mandela, constituem factores essenciais para negociações pacíficas conducentes ao desmantelamento rápido do sistema do «apartheid».

Continuando este fórum de solidariedade entre os povos dos cinco países, o Presidente Aristides Pereira, de Cabo Verde, irá coordenar durante o próximo ano a direcção da organização, até à realização da décima Cimeira Ordinária inicialmente prevista para

1990 em Lisboa. □